

RESENHA

POLÍTICA LINGÜÍSTICA NO BRASIL

Orlandi, Eni P. (org.).

Campinas, SP: Pontes Editores, 2007, 200 pp.

Acompanhar o percurso delicado estabelecido pelas finas reflexões dos autores de *Política Lingüística no Brasil* é um exercício prazeroso e enriquecedor para aqueles que se interessam pelos estudos da linguagem. Trazido pela direção de Eni Orlandi, o conjunto de artigos que organiza a obra funciona em torno de uma síntese metafórica formulada nas páginas iniciais do livro: “*Uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na sua vida social e histórica*”. (Orlandi, 2007: p.8)

A leitura nos permite compreender que esta conceituação da língua não aparece como um desdobramento natural nos estudos apresentados, mas como um desdobramento material, como uma forma histórica de compreender o conjunto de práticas e injunções que envolvem os domínios da política lingüística. Desse modo, quando se pensa em ética e política de línguas distinguem-se múltiplas relações que podem definir lugares para o discurso teórico, por meio de um certo número de práticas distintas e, de certo modo, convergentes, mas não homogêneas, como nos mostram muito fortemente os textos. Encontraremos então uma história destas práticas que se articulam entre si nos onze artigos que compõem o livro.

Assim, os dois primeiros trabalhos que abrem esta obra: “O político na lingüística: processos de representação, legitimação e institucionalização”, de Suzy Lagazzi-Rodrigues, e “A lingüística nas associações: um recorte discursivo de sua institucionalização. Uma questão de política lingüística”, de Claudia Castellanos Pfeiffer, se constroem como um modo de olhar os processos e percursos de institucionalização do saber lingüístico e da língua e tomam esta constituição como histórica. Em ambos os textos, é fundamental a análise das relações entre as nomeações e a prática científica que promove e legitima a autoria, a *cientificidade e a representação dessa cientificidade*. Mais especificamente, no artigo de Lagazzi-Rodrigues, entram em questão modos de compreender a relação entre instituição, legitimidade e representação nos processos de institu-

cionalização da lingüística no Brasil. Nessa relação, a autora discute dois pontos fundamentais: “a cientificidade do trabalho do lingüista sobre a língua” (p. 12) e a “divisão de disciplinas e representação da Lingüística” (p.15). Pfeiffer aborda a criação das Associações e o ato fundacional do espaço de representação institucional da lingüística brasileira. De modo geral, a autora nos mostra a forma como as Associações estabelecem políticas, quando pensamos a configuração deste espaço institucional para a Lingüística.

Em “O Lingüista e o burocrata: a universalização dos direitos e os processos normativos”, E. Pagotto trabalha a relação entre a implementação de políticas lingüísticas e a normatização da vida social e os efeitos dessa relação que toca profundamente os limites entre um existir e um “não-existir para a língua”: uma divisão do sujeito no jogo político-enunciativo em que os sentidos do sujeito e da língua são significados no confronto entre *normatização* e *universalização*. Pagotto analisa este movimento “observando a adoção de um sistema ortográfico oficial do português nos finais do século XIX, começos do XX” (p. 36). Esta divisão normativa estabelecida entre a língua (escrita) e o povo aparece então como disposição do Estado, e o autor nos mostra que este gesto de inclusão, por mais democrático que seja, aponta também para a exclusão: “pode-se ver, no sistema de acentos, o Estado interpelando os analfabetos: trazendo-os para o escopo da língua, mas colocando-os num lugar de não conhecimento dela. Ou seja, incluindo excluindo.” (p.47) Um caso de política lingüística estabelecendo a dinâmica das práticas no *corpo simbólico-político* da língua.

Com a fluidez e a perspicácia que caracterizam as suas formulações, E. Orlandi começa a sua apresentação no artigo “Teorias da linguagem e discurso do multilingüismo na contemporaneidade” com a seguinte afirmação: *Toda teoria é política*, a qual escandirá de modo claro ao longo das páginas em que constrói o seu *dispositivo reflexivo* para compreender *a relação com o político no mundo globalizado, em que dominam os discursos do multilingüismo e do culturalismo, no contexto da era digital* (p.59). Orlandi promove então um deslocamento epistemológico importante na ordem de compreensão desses conceitos, na medida em que retoma as noções de *logicismo* e *sociologismo* para mostrar como elas produzem uma ilusão da representação, em termos da produção de saber, para a relação contemporânea entre a língua, o sujeito e o Estado. Partindo de uma retomada do enunciado “O Brasil é um país multilíngüe”, a autora resignifica a sua compreensão, ao confrontá-lo com a forma automatizada e natural como as posições que se inscrevem na perspectiva sociolingüística o percebem e o interpretam. Para Orlandi, o reconhecimento da realidade multilíngüe brasileira “não

é uma questão de “atitude”, de “boa vontade”, é uma questão teórico-política que demanda deslocamentos na ideologia e na história” (p. 60). Pensar em uma política de línguas na perspectiva discursiva é então realizar historicamente o multilingüismo: *praticar as múltiplas línguas, em condições sócio-históricas e politicamente significadas, capazes de universalidade.* (p.61)

E. Guimarães, em “Política de línguas na lingüística brasileira: da abertura dos cursos de Letras ao Estruturalismo”, traz em sua análise uma forma de compreender o funcionamento de uma divisão fundamental, aquela que se estabelece entre a “palavra da língua” e a “palavra da ciência” na ordem de construção do pensamento lingüístico brasileiro. Retomando a periodização da gramatização brasileira do português proposta em trabalhos seus anteriores, Guimarães aborda três obras de três autores, a *Gramática Histórica* (1938) de Ismael da Lima Coutinho; *Estudos de Filologia Portuguesa* (1946) de Francisco da Silveira Bueno e *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* de Serafim da Silva Neto, no contraponto com dois outros lingüistas brasileiros, Said Ali e Mattoso Câmara, para analisar os conceitos que tratam *da presença de elementos de uma língua em outra*. O jogo constitutivo das posições teóricas de cada um desses autores é finamente descrito pelo autor, por meio da construção dos *Domínios Semânticos de Determinação* para noções como “empréstimo”, “estrangeirismo”, “influência” e “civilização”. Guimarães mostra como o funcionamento enunciativo da palavra “influência” opera esse conjunto de palavras, na medida em que se repete de um lingüista para outro e “aparece como marca do memorável (Guimarães, 2002) nestes acontecimentos”. (p. 75) No jogo político-enunciativo dos processos de *incorporações* (o corpo-simbólico político da língua penetrado por outras significações) aparecem as posições dos lingüistas relativamente à ciência, pelo modo como constituem a sua noção de influência: nas palavras da língua, a língua da ciência. Na ordem enunciativa, a política de línguas.

Os artigos de Bethania Mariani e M. Onice Payer reúnem formas interessantes de tratar a relação sujeito-língua, mostrando, em seu percurso analítico, que a corporeidade dos sentidos se faz por uma vigorosa movimentação da significação, em um processo que inclui rupturas e suspensões, apagamentos e *silenciamentos locais e constitutivos*. O título do primeiro artigo é: “Quando as línguas eram corpos – sobre a colonização lingüística portuguesa na África e no Brasil”. Neste estudo, Mariani vai construindo sutilmente o conceito de *colonização lingüística*, à medida em que sua análise avança. Em termos gerais, podemos acompanhar, através de seus exemplos, os movimentos que descrevem o percurso do português transplantado do continente europeu para as

terras do Brasil e da África e o papel dos “línguas” neste percurso, ou seja, do papel dos “intermediários lingüísticos” entre os portugueses e os povos indígenas e africanos, entre os séculos XV e XVI. Nesse processo histórico, a construção da imagem dos línguas nos textos analisados permite que Mariani estabeleça um quadro de referências importante para a relação entre eles e as línguas nos países colonizados; segundo Mariani, a colonização lingüística atua de forma *a absorver as diferenças para melhor administrar a nova terra*, nesses momentos iniciais de imposição da língua do colonizador: nos textos analisados, os línguas negros ou indígenas não são confiáveis e as línguas da terra aparecem como dificultosas.

Payer discute os “Processos de identificação sujeito/língua. Ensino, língua nacional e língua materna”, analisando “práticas de linguagem atuais de sujeitos provenientes da imigração” (p. 113). Através da análise discursiva dos fatos lingüísticos relativos a uma divisão entre *língua nacional* e *língua materna*, a autora analisa as relações constitutivas do processo de produção dos sentidos da memória “envolvendo as línguas de imigrantes estrangeiros no Brasil” (idem), ao mesmo tempo em que encaminha as suas reflexões sobre as políticas lingüísticas educacionais para o atual ensino de língua na escola. Esta é, entre outras, uma contribuição bastante importante de seu trabalho, na medida em que considera e amplia a forma de se compreender algumas práticas de linguagem constitutivas dos processos de estruturação do sujeito em sua relação com a memória da língua e com a escrita. Em suas palavras: “Lidar com os vestígios das línguas silenciadas, ao invés de ignorá-los prolongando o silenciamento, pode levar a um modo apropriado de se considerar não só a especificidade da linguagem que aí se manifesta, mas também o que é mais próprio do sujeito histórico dessa configuração social” (p. 121). O reconhecimento dessa dimensão estruturante do sujeito poderia contribuir, conforme a autora, a uma prática mais plena da linguagem.

Pedro de Souza e Jaçanã Ribeiro, em *Oralidade e escritismo: dominância e contradição nas políticas lingüísticas de inclusão* propõem elementos para uma análise das implicações do processo político dos programas sociais e pedagógicos de inclusão das línguas indígenas no sistema escolar brasileiro. Numa interessante reflexão histórica sobre os gestos de inclusão do índio e de sua língua, os autores tratam das evidências e dos apagamentos da relação entre o sujeito e o Estado. As conseqüências da divisão dos sentidos que opera com a relação *línguas maiores/línguas menores*, o *escritismo*, ou seja, a valorização da escrita em detrimento da oralidade, a suspensão da língua indígena em sua materialidade e alguns princípios sociolingüísticos como o *bilingüismo*, que funciona na oposição oral/escrito, são fenômenos colocados em questão.

Ao se pensar em política de línguas na perspectiva em que os autores propõem, há que se refletir sobre as práticas e posicionamentos que tenham em conta as especificidades e as divisões do sujeito que se constitui ao se flagrar “acontecendo na linguagem” (p. 139). Desse modo, uma posição como essa estaria reconhecendo a realidade multilíngue brasileira na mesma direção como foi formulada anteriormente por Orlandi, como uma forma de tornar visível um conjunto de práticas e de relações com a linguagem que uma postura teórica determinada pela ilusão do sociologismo não reconhece e nem explicita.

As relações entre político e os domínios institucionais da escola e do conceito língua nacional e entre tecnologias como dicionário e a gramática são apresentadas nos três últimos capítulos do livro, a partir discussões trazidas pelos textos de Mariza Vieira da Silva: *A Escolariização da língua nacional*, de José Horta Nunes, *Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: o caso do dicionário* e de Luiz Francisco Dias, *Gramática e política de língua: Institucionalização do lingüístico e constituição de evidências lingüísticas*. A divisão material na movimentação dos sentidos que particularizam os espaços de enunciação, trabalhando a configuração de limites do político nesses domínios vem, por exemplo, no artigo de Vieira a partir da análise de uma política lingüística do Estado. A autora busca então compreender o funcionamento discursivo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental, sendo que o recorte incide sobre dois volumes dos PCNs: “Introdução” e “Língua Portuguesa”, produzidos na década de 1990 do século XX. Ao explicitar algumas formulações que aparecem nos enunciados dos dois volumes, Vieira nos mostra como a fala dos PCNs sobre a língua e o sujeito se organiza em torno de uma concepção de conhecimento articulada diretamente às questões econômicas e sociais, em que a língua é questão de Estado e o sujeito é tomado em uma forma de individualização que apaga as diferenças e reconhece o *sujeito-cidadão*, sujeito de “necessidades” e não de “direitos” (p.153), num discurso em que as relações de poder fazem a exclusão política da história.

O dicionário e a gramática constituem, respectivamente, a temática dos dois últimos capítulos. Em uma concepção discursiva daquele instrumento de gramatização, Nunes formula a compreensão do dicionário em suas relações com o espaço do discurso da ética. O pesquisador vê “o espaço ético como um espaço discursivo contraditório, constituído historicamente em determinadas conjunturas.” (p. 164) Abordar o dicionário num espaço dessa natureza é analisá-lo e compreendê-lo em uma concepção discursiva da lexicografia, vale dizer, considerando a relação entre língua, sujeito e história e, nesse sentido, considerando a relação

entre o dicionário e a sociedade. Nessa relação, os efeitos do corte entre *dicionário de língua* e *dicionário enciclopédico* são então trabalhados em uma orientação ética.

Ao se perguntar sobre as demandas que presidem a constituição do campo de produção de gramáticas, Dias estabelece a configuração de duas políticas de língua relativas à institucionalização do lingüístico: o controle da língua e da sua imagem e as condições de constituição do fato gramatical. A gramática – “lugar de representação e de construção de uma unidade da língua” (p. 184) – participa, nos termos do autor, de um imaginário de completude da língua e é afetada pela “convergência de uma “tecnologia intelectual”, que visa configurar uma harmonia entre suas partes”. (185)

Nesse sentido, configura-se a compreensão do que seja o fato gramatical através do movimento em que *atos de dizer* são apreendidos como *atos de gramática*. A partir daí, o autor elabora uma análise enunciativa do fato gramatical nas gramáticas brasileiras, focalizando os conceitos de sujeito e objeto com base em três condições de suporte para o fato na gramática, que ele define como *distributivas*, *atributivas* e *operativas*. Suas análises mostram então como o espaço sintático em sua constituição na gramática é permeado pelo semântico na dimensão material e na dimensão simbólica.

As posições teórico-metodológicas sustentadas pelas análises apresentadas neste livro mostram, de um lado, a consolidação das pesquisas realizadas em quase duas décadas de funcionamento do projeto História das Idéias Lingüísticas e, de outro, surpreendem pelo dinamismo, pela clareza e pela inovação com que apresentam o quadro conceitual e os resultados do processo de instrumentalização e institucionalização dos estudos lingüísticos no Brasil.

Mariângela Peccioli Galli Joanelho
Universidade Estadual de Londrina - UEL/PR